



MUNDANISMO E PATRIOTISMO NA ORATÓRIA BILAQUIANA

Alvaro Santos Simões Junior

ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR é professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp) e autor de *A Sátira do Parnaso* (Editora Unesp).

Este texto foi elaborado originalmente como prefácio à coletânea *O Diabo & Outras Conferências Literárias*, cuja publicação, infelizmente, não pôde ser levada a termo. Os desenhos que o ilustram, de Mônica Leite, também integrariam o volume (nota do editor).

1 Sem cobrança de ingressos, Bilac pronunciou-se sobre “Dom Quixote” no Gabinete Português de Leitura em 12 de junho de 1905. Seria essa a real origem da ideia das conferências literárias?

2 “Registro”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 11/ago./1905, p. 2, 1. col. (“Registro” foi uma coluna de crônicas diárias publicadas por Bilac no vespertino carioca *A Notícia* de 1900 a 1908).

Nas primeiras décadas do século XX, o poeta parnasiano Olavo Bilac adquiriu sólida reputação de conferencista. Deve-se, no entanto, distinguir em sua oratória duas fases absolutamente distintas quanto às motivações, ao público visado, aos objetivos almejados e às consequências delas decorrentes.

No seu livro póstumo de memórias, intitulado *Quando Eu Era Vivo...*, Medeiros e Albuquerque afirmou ter sido o responsável pela introdução no Rio de Janeiro das conferências literárias com cobrança de ingresso. Teria trazido essa ideia de viagem a Paris e conseguido envolver na iniciativa Bilac e Coelho Neto. Segundo seu depoimento, os três discursavam diante de um público heterogêneo, constituído principalmente de moças e senhoras da burguesia, mas também de profissionais liberais, estudantes e intelectuais. Por isso, sentiam os oradores “a necessidade de satisfazer principalmente à parte fútil, sem, entretanto, deixar de dar alguma satisfação à outra”, o que dava às conferên-

cias uma aparência de “bricabraque” (Medeiros e Albuquerque, 1942, p. 236).

Traído pela memória, Medeiros e Albuquerque localizou o início dessa atividade literomundana em 1906, ano em que de fato viajou à Europa (janeiro a março). Na verdade, a primeira conferência realizou-se no Instituto Nacional de Música em 12 de agosto de 1905 às quatro da tarde, quando Coelho Neto evocou as “grandes figuras femininas da Bíblia”¹. Depois, em outras oportunidades, sempre aos sábados, pronunciaram-se Manuel Bonfim sobre “O Ciúme”, o próprio Medeiros e Albuquerque sobre “O Pé e a Mão”, Alberto Nepomuceno sobre “A Música do Povo” e Bilac sobre “A Tristeza dos Poetas Brasileiros”, “O Riso” e “O Diabo”². Nuno Castelões era o empresário responsável pela organização dos eventos e pela venda dos ingressos na redação do vespertino *A Notícia*, onde trabalhavam Bilac e Medeiros e Albuquerque. Na véspera da estreia, Bilac já respondia

aos “narizes torcidos”, que, segundo previa, iriam questionar a utilidade da iniciativa:

“Em primeiro lugar, sempre se aprende qualquer coisa neste mundo, quando se possui uma alma curiosa; mas, ainda quando nada se aprenda ouvindo uma boa conferência, há este lucro, que não é pequeno: furta-se uma hora ao tédio, engana-se o Tempo, e abrem-se as asas ao Sonho, que é o grande consolador”³.

As conferências literárias do final da tarde surgiram no bojo de um processo de europeização do Rio de Janeiro, cuja área central era completamente reformada pelo prefeito Pereira Passos com o apoio do presidente Rodrigues Alves (1902-06). Constituíam um sofisticado espetáculo mundano, que se prestava à convivência social da elite carioca, interessada em ostentar costumes “civilizados”. O casarão da Rua Luís de Camões tornou-se, assim, o sucedâneo carioca da *Université des Annales* (Broca, 1975, p. 140). Para os intelectuais, o Instituto Nacional de Música oferecia-lhes a oportunidade de se apresentarem pessoalmente diante do público, aumentando assim o seu prestígio e a sua influência e, certamente, despertando interesse por suas obras publicadas.

Sucesso de público, as conferências logo foram alvo de críticas por sua superficialidade. Em crônica publicada em 15 de junho de 1906, Bilac defendeu-as, mas, ao mesmo tempo, revelou que eram planejadas para alcançar boa bilheteria:

“Já é ocioso fazer o elogio das Conferências Literárias. O público aceitou-as, apreciou-as, e já não as dispensa. Apenas alguns díscolos, que nunca estão contentes, e nunca sabem o que querem, gravemente declararam que essas palestras do Instituto pecam pela sua futilidade. Queriam talvez esses críticos que os preletores fossem para ali falar de coisas vertiginosamente profundas, escolhendo assuntos hermeticamente cabalísticos, como, por exemplo, ‘a psicologia dos habitantes das aldeias lacustres’ ou ‘o amor nos *kjekken-medingers* da velha Dinamarca’, ou ainda ‘a

interpretação simbólica dos hieróglifos da pirâmide de Queóps’... Pois, sim! Às quatro horas da tarde ninguém tem necessidade de dormir, e não é para arranjar sono que o público vai às Conferências do Instituto! Entretanto, nada impede que esses descontentes ponham em prática a sua teoria, e organizem conferências soporíferas. O público escolherá entre a futilidade de umas e a gravidade de outras – e não haverá conflito...”⁴.

Em julho de 1906, Bilac reuniria em volume as suas *Conferências Literárias*, editadas pela revista *Kosmos*. Das seis, três haviam sido proferidas no Instituto Nacional de Música, a saber: “A Tristeza dos Poetas Brasileiros” (19/8/1905), “O Riso” (7/10/1905) e “O Diabo” (25/11/1905). Duas outras, “A Beleza e a Graça” e “O Dinheiro”, seriam incorporadas somente a partir da segunda edição, que já não traria as datas das conferências⁵ e seria bem mais modesta graficamente. Em suas preleções, que eram uma espécie de “glosa” do tema proposto, o poeta sempre encontrava pretextos para inserir a declamação de versos, pois tinha provavelmente consciência de sua grande qualidade. Segundo Medeiros e Albuquerque (1942, p. 235), Bilac possuía “uma voz muito bem timbrada” e “uma dicção encantadora”. Para ser agradável à sua plateia, contava às vezes uma oportuna anedota como a que serviu para demonstrar que a tristeza dos poetas era *cosa mentale*:

“Um poeta estudante, boêmio, em fim de mês, no pobre quarto da *república* em que mora... Para iludir o estômago, que pede um almoço... impossível, esse poeta está escrevendo versos. Versos de amor, versos líricos, versos tristes, cheios de ais, cheios de suspiros, e cheios de tantas lágrimas, que, se elas fossem reais, o papel, o tinteiro, a mesa, o poeta ficariam nadando num vasto mar de pranto. De repente, batem à porta: é um carteiro. Uma carta registrada... É a mesada! É dinheiro! O estudante dá um salto, beija o vale postal, beija o carteiro, e põe-se a rodopiar pelo quarto, numa valsa infernal. Vai sair, vai almoçar, vai forrar da miséria o

3 “Registro”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 11/ago./1905, p. 2, 1. col.

4 “Registro”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 15/jun./1906, p. 2, 2. col.

5 A primeira edição informou datas erradas para as conferências “O Diabo” e “O Riso”.

estômago... Mas lembra-se do soneto inacabado: e, apesar de estar alegre como um dia de sol, acaba o soneto no mesmo tom, com os mesmos ais, os mesmos suspiros, as mesmas lágrimas” (Bilac, 1912, pp. 41-2).

Sabia o orador que não havia nada melhor para obter uma boa disposição da plateia do que um cumprimento às senhoras, maioria esmagadora da audiência. Na conferência em que procurava comprovar a superioridade da graça sobre a beleza, dirigiu-se diretamente às suas ouvintes:

“A verdadeira beleza, senhoras que me ouvís, é a vossa: é a graça; a graça de que o velho La Fontaine já dizia: *‘et la grâce, plus belle encore que la beauté...’*; a graça, que zomba de todas as regras da dimensão e da proporção; a graça, que não tem idade, e não conhece leis; a graça, que transforma os defeitos em qualidades e as incorreções em perfeições” (Bilac, 1912, p. 215).

Não houve, provavelmente, mulher madura ou mocinha feiosa que, naquela tarde, não saísse lisonjeada do Instituto Nacional de Música...

Em respeito ao seu auditório feminino, o orador evitava palavras grosseiras, chulas ou ofensivas. Por isso, a fim de comprovar, na mesma conferência, a relatividade do conceito de beleza, utilizou o exemplo da *vênus hotentote*, artista circence do século XVIII que em sua terra de origem, o sul da África, passava por modelo de beleza graças a “uma assombrosa hipertrofia de certa parte do corpo – exagero monstruoso de um dos maiores encantos da Vênus Calipígia” (Bilac, 1912, p. 209). Naquele tempo, em que o conhecimento da Antiguidade Clássica era muito difundido, talvez não houvesse mulher da elite que ignorasse de que encantos se tratava. Se houvesse, seria melhor ainda, pois então se criava certa cumplicidade um tanto marota entre o orador e os homens presentes.

O pudor ou decoro impositivos poderiam também proporcionar ocasião para determinados efeitos humorísticos. Na conferência sobre “O Dinheiro”, o poeta, para condenar

a falta de escrúpulos no âmbito financeiro, evocou a paradigmática “opinião do imperador Vespasiano”, que, certamente, era do conhecimento da maioria de seus ouvintes. Reconhecendo, logo de início, que a anedota era “difícil de contar”, criava expectativa no público quanto à solução que encontraria para não ofender ouvidos mais suscetíveis. Depois de explicar que Vespasiano criara novos impostos para equilibrar as combalidas finanças do Império Romano, deixadas em estado lastimável por Vitélio, seu antecessor, Bilac abordou enfim a delicada questão:

“Ora, entre os impostos novos, criados pelo novo imperador, figurava um que era cobrado – como direi? – sobre a utilização desses *chalets* plantados de espaço a espaço nas vias públicas, e onde os transeuntes se despojavam dos excessos da sua nutrição. A plebe romana, irreverente como todas as plebes, ria à farta, comentando a origem malcheirosa daquela renda. Mas o imperador, sempre que os cortesãos lhe contavam as murmurações maliciosas do povo, tirava do bolso uma moeda de ouro, dava-a a cheirar aos conselheiros, e dizia, rindo: ‘Como vedes, o dinheiro não tem cheiro...’” (Bilac, 1912, p. 259).

Com boa dicção e pitadas de erudição e bom humor, Bilac consagrou-se como orador. Segundo relatos dos jornais, a conferência sobre “A Tristeza dos Poetas Brasileiros” foi constantemente interrompida por aplausos e, no encerramento, “a sala sonora do Instituto reboou de aclamações” por cinco minutos⁶. Quando se pronunciou sobre “O Riso”, Bilac foi honrado com uma “concorrência extraordinária”: “Nunca se viu tanta gente. Um quarto de hora antes, as senhoras que estavam nos corredores foram convidadas a ocupar o estrado do órgão, porque não havia mais lugar. Estava tudo repleto”⁷. A conferência sobre “O Diabo” foi considerada “fecho magnífico” da primeira série de conferências⁸ pela receptividade e pelas entusiásticas reações do público majoritariamente feminino:

“Todos esperavam aquela enchente, aquela

6 “Conferências Literárias”, in *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/ago./1905, p. 5, 8. col., p. 6, 1. col.

7 “Conferências Literárias”, in *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/ago./1905, p. 5, 7-8. col.

8 “Conferências Literárias”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 26/nov./1905, p. 1, 6. col.

concorrência de senhoras, aquela sala encantadora: mas ninguém pensou que houvesse tanta, e tanta gente. O Instituto nunca apANHOU uma enchente tão grande. Não era só o coro cheio: eram o estrado, as cadeiras do órgão, as portas. E senhoras, sempre senhoras, uma sala deliciosa e perfumada. Quando o orador apareceu, uma salva de palmas reboou. [...]

Os aplausos foram prolongados. Bilac, ao sentar-se à mesa, viu-a toda florida de cravos vermelhos, e, apesar do calor, todas aquelas formosas senhoras ficaram no peristilo, à espera do orador, para mais uma vez aclamar o *charmeur* que nesta estação três vezes as tinha encantado com os seus períodos de ouro...⁹”.

Com seu sucesso, Bilac produziu muitos êmulos – tantos que a moda das conferências tornar-se-ia, segundo o insuspeito Medeiros e Albuquerque (1942, p. 235), “uma epidemia insuportável”. Em setembro de 1907, o próprio poeta das *Panóplias* zombava, na revista *Kosmos*, da epidemia oratória:

“A princípio, havia apenas conferências, às quais, apesar da presença do infalível copo de água colocado sobre a mesa, poderíamos chamar conferências a ‘seco’; havia apenas a prosa do conferente, sem música ou outro qualquer apêndice ou ornato. Mas, como a variedade deleita, os oradores começaram a introduzir variantes e novidades na moda. Tivemos conferência com música, conferências com música e canto, conferências com dança, conferências com projeções de lanterna mágica, conferências com ilustrações a crayon. E parecia que nenhuma outra novidade poderia ser inventada, quando se espalhou uma comovedora notícia: o Sr. X. ia fazer uma conferência em verso, uma conferência toda em verso, toda ritmada e toda rimada do princípio ao fim, sem uma linha de prosa!” (Dimas, 2006, v. 2, p. 387).

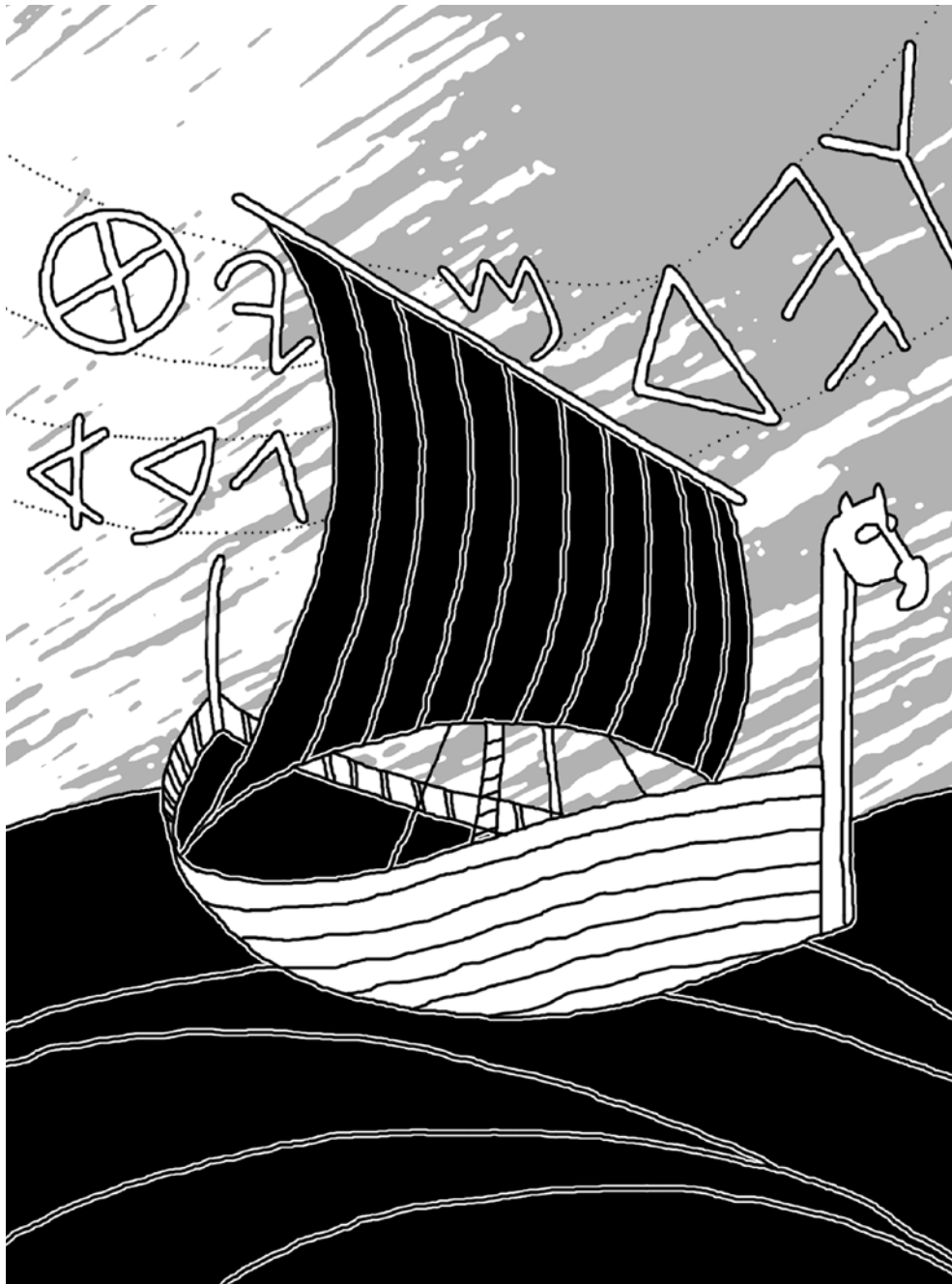
Apesar de ironizar a proliferação das conferências, Bilac continuou a pronunciá-las, inclusive fora do Instituto Nacional de Música. Os convites, que se sucediam, da-

vam a medida de sua reputação como orador. Foi, por exemplo, a São Paulo tratar da “Esperança” no Salão Steinway, em 26 de outubro de 1905 e, no Rio de Janeiro, discursou sobre “O Comércio e a Civilização” para os membros da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Porém, o convite mais honroso partiu de autoridades governamentais que o escalararam para discursar em 14 de julho de 1909¹⁰ na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a obra mais suntuosa e mais imponente das reformas urbanas iniciadas em 1902, verdadeiro monumento da então chamada “Regeneração”.

Diante de Nilo Peçanha, presidente da República, e de parte representativa da elite brasileira, Bilac comparou-se ao obscuro ator que, antes dos espetáculos, na Grécia Antiga, vinha ao palco enunciar o prólogo, uma vez que, depois dele, o público iria apreciar discurso de Coelho Neto e números musicais de Carlos Gomes, Francisco Braga e Delgado de Carvalho. Tratou então rapidamente da origem e do desenvolvimento da arte dramática para demonstrar que a história da humanidade era inseparável da história do teatro e acrescentar que “nunca o teatro ficou abandonado dos homens, sem que esse menosprezo traduzisse um desfalecimento do gênio deles, uma eclipse da sua razão, uma suspensão do seu progresso” (Bilac, 1912, p. 306). Fez ainda breve parêntese para aludir ao teatro brasileiro, que, com raízes no teatro vicentino, iniciou-se com os autos jesuítas, passou pelas comédias de Antônio José da Silva, o Judeu, encorpou com o drama e a comédia românticos e floresceu com a dramaturgia de seu tempo. Ao mencionar o teatro coetâneo, encontrou ocasião para homenagear Artur Azevedo, externando a opinião de que, não houvesse falecido no ano anterior, o autor d’*O Tribofe* estaria certamente em seu lugar em atenção ao amor e ao trabalho por ele dedicados ao teatro como autor e como crítico de espetáculos por décadas e, principalmente, em reconhecimento pela longa e incansável campanha desenvolvida nos jornais pela construção de uma sala de teatro digna do Rio de Janeiro (ver Neves &

9 “Conferências Literárias. O Diabo. Olavo Bilac”, in *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/nov./1905, p. 1, 5.-6. col.

10 Essa data foi certamente escolhida por sua significação republicana.



Levin, 2009). Bilac julgou também oportuno mencionar o autor do projeto do Teatro, Francisco de Oliveira Passos – filho do prefeito Pereira Passos, principal condutor das reformas urbanas do Rio de Janeiro –, que, com os outros artistas responsáveis por pinturas e esculturas, *não nomeados*¹¹, criou um “monumento emblemático” da arte brasileira digno de ser comparado com os “melhores do mundo” (Bilac, 1912, p. 308). Decidiu ainda responder aos que, naquele tempo,

criticavam os elevados custos de um teatro suntuoso dizendo que “a cidade quis ter o templo antes de ter a religião”, uma vez que as instalações somente poderiam ser plenamente aproveitadas por companhias estrangeiras: “A religião existe, e esperava o seu templo; e nunca é demasiado o fausto, nem condenável a suntuosidade, quando se quer alojar dignamente o espírito e a cultura de um país” (Bilac, 1912, p. 309). Lembrou, enfim, a contribuição do teatro para o es-

11 Sabe-se tratar-se de Rodolfo Bernardelli, Eliseu Visconti, Rodolfo Amoedo e Henrique Bernardelli.

tratamento e o cultivo das relações sociais, constituindo-se fator de desenvolvimento da civilização, como já ocorrera em Atenas:

“[...] era [...] no teatro que os espíritos repousavam e se congregavam, adquirindo e esmerando esse hábito de convivência, esse capricho de tolerância mútua, esse polimento de costumes e de maneiras, sem os quais não pode haver nas sociedades a ordem e a harmonia em que se fundam, no estado civilizado, a alegria de viver e o prazer de trabalhar” (Bilac, 1912, pp. 310-1).

No final de 1909, Bilac proferiria a conferência “Instrução e Patriotismo” para os formandos do Ginásio Granbery, de Juiz de Fora. Fez o que se esperava de um paraninfo: elogiou o moderno sistema de educação do estabelecimento, inspirado em modelos norte-americanos, aludiu à “alegria inocente e repousada” (Bilac, 1912, p. 319) dos anos que os alunos viveram no ginásio, descreveu sumariamente a educação oferecida, a mais proveitosa para a formação do homem, com rudimentos científicos e sólida cultura humanística, e exortou seus jovens ouvintes a serem gratos à sua *alma-mater*: “Lembraí-vos sempre desta casa. Lá fora o vosso espírito vai dar as suas flores e os seus frutos; mas aqui hauriu ele a seiva que lhe alimentou as raízes e o tronco; aqui desabrocharam ao sol as suas primeiras folhagens” (Bilac, 1912, p. 327). Na opinião do poeta, o fim da educação seria o de preparar, não “eruditos frios”, mas sim “homens de pensamento e ação”, que pudessem corresponder às necessidades de “um país novo” como o Brasil, onde quase tudo estava “por fazer” (Bilac, 1912, p. 320). Para bem servir ao seu jovem país, os formandos teriam forjado na escola outra arma fundamental: o patriotismo, o qual, no entanto, devia ser bem compreendido. Não se tratava do orgulho nacional megalomaniaco, matriz do “estreito espírito de bairrismo” (Bilac, 1912, p. 328), e da xenofobia, que, confiada nas riquezas naturais, impedia que se enfrentassem os grandes desafios: ocupar e explorar o território, desenvolver

as áreas já povoadas, investir maciçamente na educação, combatendo principalmente o analfabetismo, pois a instrução primária deveria ser o grande instrumento para a plena assimilação dos imigrantes europeus. Não seria também o pessimismo, no qual “tudo é anulação da consciência e da vontade, tudo é degradação moral” (Bilac, 1912, p. 336). Bilac definiu para seus jovens ouvintes o “verdadeiro” patriotismo:

“É [...] um amor elevado e austero, que reconhece os defeitos da pátria – não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdoá-los, estudá-los e corrigi-los; é um amor que se enraíza mais no meio moral do que no meio físico, e vai procurar a sua seiva nutritiva no âmago longínquo do passado, no sacrossanto húmus das origens da raça, da língua, da história, e no padecimento obscuro, apagado, anônimo das gerações que antes da nossa viveram, suaram e penaram na terra que servimos e adoramos!” (Bilac, 1912, pp. 339-40).

O poeta encerrou o discurso conclamando os formandos para o trabalho constante em prol do país e de sua gente, o qual traria felicidade mesmo sem reconhecimento ou recompensas materiais: “O que constitui a nossa felicidade não é a recompensa do bem que fazemos: é esse próprio bem que fazemos; é esse próprio bem que fica feito” (Bilac, 1912, p. 341).

A despeito do seu compreensível caráter edificante, essa oração de paraninfo já denunciava as preocupações que passavam então a ocupar o espírito do intelectual Olavo Bilac. Testemunhando a resolução de velhos problemas da sua amada cidade do Rio de Janeiro, tais como a febre amarela, o abastecimento de água e a precariedade do sistema de transporte, o poeta tornava-se consciente de questões nacionais mais sérias em um momento de franca expansão do imperialismo europeu, que logo daria origem ao primeiro grande conflito militar de dimensões mundiais. Na última crônica que escreveu para *A Notícia*, em 12 de novembro de 1908, Bilac já se mostrava aliviado com o fato de que estava afastada a ameaça de uma guerra

entre as potências europeias pela posse de Casablanca, disputada pela Espanha e pela França, mas, ao mesmo tempo, revelava sua apreensão com a defesa nacional:

“A briga, se não está evitada, está adiada – e adiada para um tempo ainda muito remoto. As grandes potências da Europa ainda não sentem a ingente necessidade de devorar-se mutuamente, porque ainda encontram pela vasta face da terra muita caça pequena com que saciem a fome – e, com jeito, esse pasto abundante pode ser repartido de modo a satisfazer todos os apetites”¹².

O Brasil era, evidentemente, parte dessa “caça pequena” à mercê do apetite europeu. Por isso, as preocupações do paraninfo de Juiz de Fora com o desconhecimento das riquezas nacionais, a falta de ocupação do território, o precário desenvolvimento econômico das regiões já povoadas, o analfabetismo generalizado e a massa de imigrantes europeus que ocupava parcelas do país e mantinha-se em isolamento eram absolutamente sinceras e representavam o temor de que o país viesse a perder sua soberania por meio de uma invasão militar ou da insidiosa ocupação de imigrantes que se mantinham em isolamento. Para enfrentar esses perigos propunha, de um lado, a universalização do ensino primário público, gratuito e de qualidade (ver Simões Jr., 2010) e, de outro, apoiava o serviço militar obrigatório, protestando apenas contra a injustiça de para ele sortearem-se apenas pobres e desvalidos. Em sua opinião, todos, indistintamente, deveriam sujeitar-se ao sorteio¹³.

Prenunciada em Juiz de Fora no ano de 1909, uma nova fase do orador Bilac iniciar-se-ia concretamente em 9 de outubro de 1915 com um discurso aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Como informa Raimundo Magalhães Jr., criterioso biógrafo do poeta, a lei do serviço militar obrigatório, mediante sorteio, fora aprovada às pressas em 1907 para que não enfrentasse a valorosa e incansável oposição de Rui Barbosa, que, sendo vice-presidente do Sena-

do, encontrava-se naquela oportunidade em Haia, representando com brilho o Brasil na Segunda Conferência da Paz. Os presidentes Afonso Pena e Nilo Peçanha não a fizeram cumprir, e Hermes da Fonseca, que a defendera com afinco quando ministro da Guerra (1906-09), não encontrou condições favoráveis para sua execução ao ocupar a Presidência da República (1910-14). Seu sucessor, Venceslau Brás, não pretendia implementar lei de caráter tão impopular. Ocorreu então ao ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, angariar apoio ao serviço militar obrigatório mediante intensa mobilização da opinião pública. Para essa missão, seria necessário encontrar um orador eloquente que gozasse de prestígio e credibilidade. O primeiro a ser convidado foi o jornalista, professor de direito e parlamentar Gilberto Amado, que recusou. E assim, por sugestão de Gregório da Fonseca, que assessorava o ministro da Guerra, fez-se então o convite a Bilac, que já adquirira sólida reputação de orador no Rio de Janeiro. O lançamento da campanha ocorreria no dia 9 de outubro de 1915 em São Paulo, que fora no biênio 1909-10 centro de difusão da campanha civilista em prol da candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República e contra a eleição do já citado marechal Hermes da Fonseca (cf. Magalhães Jr., 1974, pp. 364-5), antigo defensor do alistamento obrigatório.

Não poderia ter sido melhor a escolha, pois Bilac participara da reta final das campanhas pela Abolição e pela República, fizera aguerrida oposição à ditadura do marechal Floriano Peixoto¹⁴, sofrendo prisões e exílio, apoiara os primeiros presidentes civis (e paulistas), defendera intransigentemente as reformas urbanas do Rio de Janeiro, promovidas durante a presidência de Rodrigues Alves, nascido em Guaratinguetá, condenara enfaticamente a Revolta da Vacina (1904) e prestara serviços ao poderoso barão do Rio Branco, estadista cuja memória cultuava. Além disso, já fora, por breve período (1887-88), aluno da Faculdade. Após ser saudado pelo diretor e dois alunos da instituição, o poeta alertou para o problema que

12 “Registro”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 12/nov./1908, p. 2, 1. col.

13 Cf. “Registro”, in *A Notícia*, Rio de Janeiro, 4/jan./1904, p. 2, 1. col.; idem, ibidem, 25/nov./1907, p. 2, 1. col.

14 Discursando em 6 de novembro de 1915 para representantes do Exército, que o homenageavam com banquete no Clube Militar, Bilac (1924, p. 131) julgou oportuno justificar-lhes sua dissidência: “Se alguma vez diminuí a minha admiração, se de algum modo me afastei de vós, foi porque, com tristeza, vi alguns de vós, arredados do nobre terreno e da augusta missão em que sempre deveis honrar-vos e honrar o Brasil, preferirem ao rude e magnífico sacrifício da vida militar o fácil e grosseiro proveito do mando partidário e da pequena política das facções e das intrigas”.



Mônica Leite

o inquietava e que provavelmente não era percebido pelos estudantes, muito jovens e moradores de uma “rica metrópole”: “O que me amedronta é a míngua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria”. Sem “ideal”, as classes cultas padeciam de “arrivismo” egoísta: “[...] cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa,

seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos”. As consequências desse comportamento seriam deletérias para a sociedade: “[...] a comunhão desfaz-se, e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário, governado pelo conflito das cobiças individuais”. Dos políticos, não vinha solução, pois ou participavam do “regabofe generalizado” ou se satisfaziam “com a passiva e ridícula vaidade do mando fictício” (Bilac, 1924, p. 118). Das camadas

populares, nada se podia esperar, já que jaziam “na mais bruta ignorância”, sem ensino profissionalizante e sem instrução primária. De responsabilidade dos governos locais, o ensino primário transformava-se em “uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da maroteira política”. Sem políticas eficazes, o país era silenciosamente ocupado por imigrantes estrangeiros, que aqui conservavam “a sua língua e os seus costumes” (Bilac, 1924, p. 119). Relembrou Bilac que a lei do sorteio militar, aprovada anos antes, pareceu-lhe então “o único providencial remédio para o nosso definhamento”. Como ainda a defendia, sentiu necessidade de explicar-se:

“Nunca fui, não sou, nunca serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio de combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados” (Bilac, 1924, p. 120).

O poeta considerava o serviço militar uma compensação às omissões do Estado por oferecer aos cidadãos mais humildes uma possibilidade de integração à sociedade, malgrado seu caráter evidentemente coercitivo:

“Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ‘abc’ e do banho – animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação”.

Depois de tão enfática defesa do serviço militar, transformado em panaceia capaz de resolver vários problemas do país, vinha a

calhar, na cidade em que a campanha civilista fora muito forte, uma crítica a Hermes da Fonseca, propugnador da lei do sorteio, que “no dia em que subiu ao supremo poder foi o primeiro a esquecer a sua criação, deixando-a morta no berço”. O poeta também fez menção ao seu agitado quadriênio presidencial “de lutas estéreis e de politicagem sem moral” (Bilac, 1924, p. 121). Por fim, conclamou os estudantes a aderirem à campanha:

“Desta velha casa, de entre estes sagrados muros, que esplendem de tradições venerandas, deste quase secular viveiro de tribunos e de poetas – deste quase secular viveiro de tribunos e de poetas – daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foram coroadas pela vitória da Abolição e da República. Estruja de novo a casa! Estremeçam de novo os muros! E de novo palpite e ressoe o aviário canoro, cheio de hinos de combate e de gorjeios de bondade! Inaugurai, moços de São Paulo, a nova campanha!” (Bilac, 1924, pp. 121-2).

O tempo das amenidades, da erudição, dos galanteios e do bom humor havia passado: chegava ao fim a *belle époque*. Tratava-se então de fazer, segundo a retórica da *franqueza* e da *sinceridade*, em linguagem simples e convincente, um diagnóstico das mazelas do país, ameaçado de desintegração por falta de coesão política e cultural e por omissão do Estado, e de propor soluções emergenciais que pudessem ser empregadas em todo o território nacional¹⁵.

Dias depois, o poeta levaria sua palavra entusiasmada para a Faculdade de Medicina de São Paulo e, nos anos seguintes, percorreria o país em cruzada cívica. Visitou, entre outras cidades, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Em 1916, fundou no Rio de Janeiro com Miguel Calmon e Pedro Lessa a Liga de Defesa Nacional, entidade civil que seguiria atuando politicamente até a década de 1930. Com o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1917, cresceram as apreensões com a segurança do Brasil e as pressões para que o país deixasse a neutrali-

15 Foi muito positiva a reação ao discurso por parte do principal jornal paulista: “Falando aos moços, na Faculdade de Direito, Olavo Bilac disse sábias e nobres palavras, cheias de fé e de civismo, numa oração magistral. Podia endereçá-las o ilustre poeta não só aos jovens, mas a todos os brasileiros. No seu apelo eloquentíssimo, que deverá ecoar pelo Brasil inteiro, o poeta e o patriota se aliam numa clara visão do nosso presente e num esplêndido sonho do nosso futuro, indicando ao estadista, de que carecemos, o reto, largo e luminoso caminho da regeneração nacional. Se grande é o poeta, maior ele nos parece ainda quando vibra todas as cordas do seu temperamento privilegiado, num esto magnífico pela Pátria, por esta pátria [sic] imensa e bela, mas abandonada e esquecida...” (“Notas e Informações”, in *O Estado de S. Paulo*, 10/ out./1915, pp. 4 e 5).

dade e se aliasse a Estados Unidos, Inglaterra e França. Nessa ocasião, muitos intelectuais proferiram discursos em favor dessa aliança¹⁶.

A campanha de Olavo Bilac enfrentou resistências e críticas, que o poeta rebateu com denodo em entrevistas (ver Magalhães Jr., 1974, pp. 367-82); o deputado Maurício de Lacerda chegou a acusá-lo de viver “à custa das verbas secretas” e de defender, a soldo, os interesses do Exército. Nota publicada no *Diário Oficial* negou que houvesse apoio financeiro a Bilac e assegurou que o Ministério da Guerra não destinara “nenhuma quantia, direta ou indiretamente, para auxiliá-lo na campanha em favor do serviço militar” (apud Magalhães Jr., 1974, p. 399). Apesar dessas críticas, o poeta ficou de tal forma associado à causa do serviço militar obrigatório que, em 1939, Getúlio Vargas escolheu a data de seu aniversário para a comemoração do Dia do Reservista.

A despeito de haver combatido o militarismo de Floriano Peixoto e de haver sido por seu governo perseguido, Bilac tornou-se um escritor estigmatizado por sua ulterior ligação com os militares, o que provavelmente afetou a difusão e recepção de sua obra após o Golpe de 1964 (ver Carpeaux, 1965).

Na oratória bilaquiana, diferenciam-se, portanto, as *amenas conferências mundanas* do Instituto Nacional de Música e de outros salões distintos, as quais se prestavam a aproximar o escritor de seu público virtual e consolidar seu prestígio literário pela exposição de sua elegante figura e de suas refinadas qualidades de orador, dos *inflamados discursos patrióticos* em prol do serviço militar obrigatório, produzidos em circunstâncias históricas muito peculiares, que acentuaram o nacionalismo e o empenho político-social do escritor, já anteriormente revelados em sua obra jornalística e didática.

16 Sobre as manifestações públicas de intelectuais no período da Primeira Guerra Mundial, assim se pronunciou Brito Broca (1975, p. 270): “Era um desencadear amplo, largo e irrefreável de oratória, não só em conferências, como também nos discursos que se multiplicavam em sessões solenes, comemorações, benefícios etc. Todo o fluxo de uma vasta literatura oral de circunstância, que passaria com a guerra, quase sem deixar vestígios”.



BIBLIOGRAFIA



- BILAC, Olavo. *Conferências Literárias*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1912.
 _____ . *Últimas Conferências e Discursos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1924.
 BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
 CARPEAUX, Otto Maria. “A Volta de Bilac”, in *Leitura*, n. 94-5. Rio de Janeiro, mai.-jun./1965, pp. 10-1.
 DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista*. São Paulo/Campinas, Imesp/Edusp/Editora da Unicamp, 2006, 2 v.
 MAGALHÃES JR., Raimundo. *Olavo Bilac e sua Época*. Rio de Janeiro, Americana, 1974.
 MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *Quando Eu Era Vivo... Memórias (1867-1934)*. Porto Alegre, Globo, 1942.
 NEVES, Larissa de Oliveira; LEVIN, Orna Messer. *O Teatro. Crônicas de Artur Azevedo (1894-1908)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
 SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. “Bilac e a Língua Portuguesa”, in Luiz R. V. Cairo; Márcio R. Pereira; Sílvia M. Azevedo. *Arquivos Revisitados da América Lusa*. Assis, Unesp, 2010, pp. 145-61.